

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS
CONDEPACC**

REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA 427

Aos 12 dias do mês de dezembro de 2013, com início às 10h05m, realiza-se no Planetário – Parque Portugal – Portão 07, a quadringentésima vigésima sétima reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC, na ausência do presidente Claudiney Rodrigues Carrasco assume os trabalhos o vice-presidente Herberto Guimarães e com a presença dos seguintes conselheiros: Ana Lúcia Tonon, suplente da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB) – Cláudio Natal Orlandi, titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura – Monna Hamssi Taha, suplente da Secretaria Municipal de Planejamento – Roberto Santos Alberto, supente da Secretaria Municipal do Verde e Desenvolvimento Sustentável – Nelson Ribeiro Machado, suplente da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – Daisy Serra Ribeiro, Antônio Henrique Felice Anunziata, titular e suplente da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) – Ana Maria Reis de Goes Monteiro, titular da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Sérgio Galvão Caponi, titular da Academia Campineira de Letras e Artes – Rose Mary Lopes Lima, titular da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Campinas – Ana Maria Sorrosal, titular das Entidades Ambientistas – Orlando Rodrigues Ferreira, titular da Associação Campineira de Imprensa – Welton Nahas Cury, titular da HABICAMP – João Manuel Verde dos Santos, titular da Associação Regional de Escritórios de Arquitetura - AREA – Edson Luis Gomes, suplente de Museologia – Roberto Baldin Simionatto, titular da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas – AEAC – Olga R. de Moraes von Simson, titular do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas – IHGGC – Adriana Flosi, titular da Associação Comercial e Industrial de Campinas – ACIC – Rosana Bernardo Guimarães, conselheira emérita. **COMUNICAÇÕES DO**

PRESIDENTE: O vice-presidente Herberto Guimarães cumprimenta a todos, lembrando que esta é a última reunião do ano. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro comunica que o Presidente esta com um problema de saúde e, portanto, não podendo estar presente. Tentará passar mais tarde para cumprimentar os presentes. **COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS:**

O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira saúda a todos desejando melhoras ao Presidente. Congratula a Secretaria pelo Museu da Cultura Caipira em Joaquim Egídio. Continuando informa sobre evento em Irapuru, nos dias 26, 27, 28 e 29 do corrente mês, onde acontecerá o “Caipirapuru” em homenagem à Cultura Caipira. A conselheira Daisy Serra Ribeiro se diz portadora de um abraço deixado pela conselheira Regina Márcia, que por motivo de viagem não pode comparecer à reunião de hoje. Informa que a professora Regina Márcia a convidou para participar da Comissão por ela encabeçada, ficando também acertado que as

reuniões serão realizadas na CSPC após a segunda quinzena de janeiro. É um trabalho difícil com tudo para dar certo. **EXPEDIENTE:** O vice-presidente Herberto Guimarães coloca em apreciação a ATA 426 – com abstenção do conselheiro Roberto Simionatto é **aprovada** por maioria. **ORDEM DO DIA:** A conselheira Daisy Serra Ribeiro explica que os itens a, b e c são protocolados que se referem a Registro de Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial. Os dois primeiros terão seu Registro no Livro de Formas de Expressão e o terceiro item terá seu Registro no Livro dos Lugares. Este terceiro item, sobre o registro do nome do Aeroporto teve manifestação da Cidade de um modo geral parabenizando por esta tomada de decisão. **a - Protocolado nº. 13/10/32975 PG.** Interessado: Instituto Baobá de Cultura e Arte. Assunto: solicitação de registro do bem de natureza imaterial “Capoeira” como patrimônio cultural do município de Campinas – **Lei nº. 14701/2013 – publicada em 15.10.13 – Livro de Formas de Expressão.** A técnica da CSPC Marcela Bonetti apresenta **“Capoeira Patrimônio Cultural Brasileiro Patrimônio Cultural Brasileiro Em Campinas - A Capoeira como Patrimônio Cultural.** A Capoeira é uma manifestação cultural com aspectos multidimensionais: o canto, o toque dos instrumentos, a dança, a brincadeira, o jogo, os golpes, a luta, símbolos e rituais da herança africana que compõe a formação da identidade brasileira. A Ginga da Capoeira - A ginga da Capoeira, assim como o conjunto de golpes e movimentos é ritmada pelo som do berimbau e de outros instrumentos de percussão adotados por ela. Ginga, movimento em que o próprio nome sugere certa destreza, certo “jogo de cintura” seria a característica da luta-jogo que mais se aproxima da dança. Na capoeiragem, a construção de espaços de liberdade produz-se na conexão dança-luta-jogo, com atravessamentos de música, ritmos, rivalidades, desejos, culturas, ritualidades: corpos, movimento e ritmos abrindo campos de possibilidades para inventar novas formas de viver e conviver... (Alessandra Gama – 2009). Histórico da Capoeira - A história da capoeira se confunde com a história constituída na época colonial do Brasil, período de tráfico intenso de pessoas de diversas regiões do continente africano. Reinventa-se uma nova África “brasileira” e com isto, disseminam-se os conceitos e os valores civilizatórios de diversas etnias em nosso país. A capoeira, uma expressão cultural considerada arte, jogo, luta e dança, afirma-se como a principal forma de defesa, utilizada pelos perseguidos na época da escravidão. Instrumentos utilizados são Berimbau; Atabaque; Pandeiro; Reco-reco, Agogô. Histórico da Capoeira em Campinas - Em Campinas os primeiros registros da capoeira datam do século XIX, com densa historicidade de 1830 a 1930, a partir de relatos escravagistas e atos criminais, publicados no jornal “Comércio de Campinas” relatando fatos que envolviam os capoeiras Zé Mundão e Bahianinho, entre outros. Após o período escravocrata a capoeira passa a ser uma prática criminosa e somente a partir de 1932, por influência dos Mestres Baianos “Bimba e Pastinha”, os praticantes configuram a formação de grupos e associações de capoeira. A Capoeira em Campinas hoje - Continuamente, desde a década de 1970, os grupos permaneceram e atualmente estima-se cerca de 50 grupos, atingindo mais de 10 mil praticantes de capoeira no município. Livro das Formas de Expressão - A Capoeira se manifesta por meio

de: - Musicalidade; - Temas abordados; - Presença da roda como elemento estruturante; - Condição social dos participantes; - Rica simbologia referenciada pela religiosidade afro-brasileira; - Reverência aos antepassados e aos mais velhos. O Coletivo de Salvaguarda da Capoeira em Campinas - Campinas possui um coletivo de Capoeira desde o ano de 2010, constituído por Mestres, Contramestres, entre outros integrantes, formados a partir da política do IPHAN chamada Pró-Capoeira (Programa Nacional de Incentivo e Salvaguarda da Capoeira)". A conselheira Olga von Simson diz que está lidando com este tema há alguns anos e orientando. Esta manifestação traz uma forte força para o contingente afro e Campinas tem uma quantidade grande de participantes descendentes de imigrantes. A Capoeira é um referencial do orgulho de ser brasileiro para os que moram fora do país. Tem netos em Kansas City que praticam Capoeira; é uma força significativa de contato com a terra de origem. Durante o período do séc. XIX houve uma maior quantidade de escravos vindos da África, assim como através da navegação de cabotagem que os trazia do Nordeste para a região de Campinas. O conselheiro Mário Gravem coloca que a religiosidade brasileira é um bem imaterial, há outras proposituras de bens imateriais e temos a contemporaneidade como cultura brasileira. Havia a relação com a África, mas com uma identidade brasileira; havia uma classe dominante dos senhores e os escravos. A lavagem do Bonfim que é uma questão religiosa, assim como temos a lavagem da Catedral. A convidada Alessandra Gama explica que a Lavagem das Escadarias da Catedral, com histórico de quase 30 anos, tem uma dimensão política e não só religiosa. Política no sentido de uma ação que fortaleça o combate à intolerância religiosa, aos cidadãos campineiros e que mobiliza também os grupos culturais. Mestre Bimba era um Ogã, a esposa era Mãe de Santo, esse é um dos exemplos da estreita relação e convivência entre a capoeira e a religiosidade. Essa relação existe desde sempre, assim como com o samba. Mãe Dango se relaciona com os capoeiristas da cidade há muitos anos. A celebração da Lavagem das Escadarias sempre teve a participação de rodas de capoeira e os mestres contam que no passado, a capoeira protegia os terreiros, assim como eram protegidos pelos religiosos nos conflitos de opressão. A conselheira Olga von Simson diz que frequentemente se encontra a Oficina de Capoeira como uma das mais importantes e procuradas pelos jovens, dentre as oferecidas nas escolas formais. Muitos jovens de aproximadamente 20 anos, entre um trabalho e outro, buscam um sustento alternativo com a confecção de Berimbaus, graças ao aprendizado artesanal que receberam em espaços de educação não-formal. O conselheiro Sérgio Caponi parabeniza o registro da Capoeira, mas como de caráter nacional. Acha importante também se lembrar dos ítalo e germano descendentes. Quem substituiu o escravo na senzala foram os italianos. Particularmente não concorda com a lavagem da Catedral, é um templo religioso. O vice-presidente pondera que não existe absolutamente falta de respeito; as pessoas que fazem a manifestação são umbandistas descendentes de católicos, há uma intersecção que leva a isso. É uma manifestação de muito respeito, reconhecendo a importância do catolicismo entre todas as religiões. O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira diz que é ateu, mas domingo estava na

Catedral assistindo a lavagem, é um espetáculo bonito; temos que dialogar com as culturas diferentes, conversa de respeitabilidade. Nos filmes hollywoodianos a Capoeira é apresentada de maneira equivocada, como simplesmente uma luta, mas ela é muito mais que isso. A cultura precisa de sincretismo. O conselheiro Mário Gravem homenageia a professora Olga, pois pelos frutos conheceremos a obra. A religiosidade brasileira é um bem, e é muito importante entender esta questão, é uma riqueza. O conselheiro Edson Luis Gomes coloca que a lembrança do patrimônio imaterial é a importância da questão. No futuro pode-se trazer para a pauta uma história que Campinas não discute, que é a dos grupos indígenas. A cultura indígena, dos nativos ameríndios que pertence também ao patrimônio cultural de Campinas. O vice-presidente pondera que é tanta cultura, tanta informação. É um preparo para começar a discutir sobre a cultura de modo geral, esquecendo a questão religiosa pessoal. Coloca em regime de votação o Registro da Capoeira como Bem de Natureza Imaterial: **Aprovado por unanimidade.** O Conselho **APROVA o Registro do Bem de Natureza Imaterial "Capoeira" como Patrimônio Cultural do Município de Campinas no Livro de Formas de Expressão. / b – Protocolado nº. 13/10/16812 PG.** Interessado: Vanessa Cristina Dias de Souza. Assunto: solicitação de registro do bem de natureza imaterial "Jongo no Sudeste" como patrimônio cultural do município de Campinas – **Lei nº. 14701/2013 – publicada em 15.10.13 – Livro de Formas de Expressão.** A técnica da CSPC Marcela Bonetti apresenta **"Jongo Dito Ribeiro - Patrimônio Cultural Brasileiro em Campinas.** A comunidade Jongo Dito Ribeiro consiste em um grupo de pessoas e familiares que reconstituem e vivem a cultura do jongo, através da memória de Benedito Ribeiro. Nascido no ano de 1905 em Caldas, Minas Gerais, em 1932, já casado com a campineira Benedita Neves Baltazar, se mudou para a cidade de Campinas, onde manteve a tradição recebida de seus pais, realizando rodas de jongo quando reunia os amigos. Em sua homenagem foi batizada a Comunidade Jongo Dito Ribeiro, que desde o ano de 2000, sob a liderança de Alessandra Ribeiro, neta de Dito Ribeiro, realiza seus trabalhos de reconstituição e permanência do jongo no município. O Jongo é uma forma de expressão cultural afro-brasileira que integra: Percussão de tambores; Canto e Dança Coletiva; Prática de magia. Ocorrência: Entre os escravos que trabalhavam nas lavouras de café e cana, no Sudeste; era dançado nas festas de santos católicos e divindades afro-brasileiras, nas festas juninas, nas festas do Divino. O Jongo é: Uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e afirmação de identidades; estabelece relação, no cotidiano, com o passado e o presente; Têm suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos. O Ponto de Jongo: É a forma poética e musical expressa nos versos cantados pelos jongueiros; Existem diferentes tipos de Ponto: para abrir e para fechar a roda, de homenagem aos "velhos"; eles são passados dos mais velhos para os jovens iniciados. Comunidade Dito Ribeiro: A comunidade é formada por um grupo de pessoas que reconstituem e vivem a cultura do Jongo, através da memória de Dito Ribeiro; Realizam atividades periódicas que reforçam e mantêm a cultura ancestral do Jongo, na Fazenda Roseira, desde 2008. Ações de Salvaguarda: Rodas quinzenais de Jongo; Feijoada

das Marias do Jongo; Arraial Afro Julino da comunidade; Roda da Mãe Preta; Sou África em todos os sentidos; Atividades Permanentes na Casa de Cultura Fazenda Roseira. O Registro será feito no Livro das Formas de Expressão, como Patrimônio Cultural de Campinas". O conselheiro Gabriel Rapassi comenta que o Jongo é uma atividade na Casa de Cultura da Fazenda Roseira, mas tem um histórico enraizado na Cidade anterior à Fazenda. A roda do Jongo lembra o Samba de Roda, a dança é um ritual do homem para a mulher, é sensual, mas de luta quando um homem busca tirar outro homem da roda. Tem uma tradição muito antiga em Campinas. Todo final de semana as moças com saias de chita estão prontas para a roda. O Jongo acaba aproximando outras comunidades, congregando várias formas de expressão. Em torno dela saem militâncias para escrever projetos, como hortas com plantas medicinais, atividade com a terceira idade, com crianças; é uma expressão popular que imanta várias outras, potencializando e congregando, uma política afirmativa de apoio e fomento. O conselheiro Orlando Rodrigues Ferreira apoia esta proposta como a do Caipira, do Bairro Friburgo, da Capoeira. Vamos chegar a um momento de enxurrada de aspectos imateriais. Nosso país é uma fonte constante de construções culturais. Podemos ter no futuro uma comissão permanente voltada para as questões imateriais. Mais uma vez parabéns. O conselheiro Mário Gravem diz que é a materialidade do espírito. Dito Ribeiro era ferroviário. Acha importante entender essa riqueza paradigmática, que não seja de resistência, mas no melhor sincretismo mineiro. O conselheiro Roberto Simionatto coloca que sempre que percebe que algum bem pode estar em risco, liga para a Daisy e ela corre atrás, tem sempre um respaldo da CSPC. A conselheira Rosana Bernardo solicita esclarecimento quanto à inscrição desses temas apresentados no Livro de Expressão, o que significa a inserção desses itens nos Livros e o que vai acontecer para frente? A conselheira Daisy Serra Ribeiro esclarece que é um assunto muito novo. O Registro é para dar a importância do bem imaterial na Cultura Municipal. Fica registrado como símbolo de importância, lembrando que uma manifestação cultural é dinâmica; nem se autoriza, nem se impede, vamos registrando de tempos em tempos suas modificações e se uma delas adormecer não vai reviver, a não ser espontaneamente. Fica o Registro que conta a história. À partir de janeiro a CSPC contará com a colaboração do professor Arantes que dará respaldo sobre o registro e todos os elementos que compõem o patrimônio imaterial. O conselheiro Roberto Simionatto enfatiza que é uma forma de cadastramento. O vice-presidente Herberto Guimarães pondera que antigamente as questões imateriais eram transmitidas através da oralidade. O registro é a verdade verdadeira dentro da sua realidade, hoje e através de uma sistemática eles vão sendo inseridos em um livro; a realidade de como se formaram essas manifestações populares, sob a orientação do registro escrito, buscam levar a história para o futuro. A técnica da CSPC Marcela Bonetti diz que o Estado reconhece as manifestações de forma análoga e as protege. Com a preservação da manifestação a tentativa é de inibir a inserção de aspectos comerciais. No Brasil têm se falado muito do patrimônio ambiental, até do roubo de patentes. A Secretaria de Cultura e a Prefeitura são as responsáveis pela preservação dessas

manifestações populares. A conselheira Olga von Simson explica que a Alessandra Ribeiro se voltou para a memória da sua própria família preservando a tradição com o Jongo Dito Ribeiro e ocupando o espaço na Fazenda transformando-a assim em um ponto de congregação dos afrodescendentes. Reconhecer e dar valor de Registro no Livro é um reconhecimento feito de maneira eficaz. O conselheiro Gabriel Rapassi fala que não se sabe qual a avaliação, daqui dez a vinte anos e qual será a efetividade do registro imaterial, pois o Brasil ainda está muito atrasado nisso. Temos muito a aprender com outros países no quesito de preservação da memória cultural. Mas Campinas tem um grande diferencial que é a Lei que regulamenta o plano de salvaguarda. O conselheiro Welton Nahas Cury lembra a Consciência Negra na qual os brancos não podiam participar. O que se tinha era a notícia falada que tem que ser inserida na cultura brasileira. O vice-presidente coloca em regime de votação o Registro do Jongo Dito Ribeiro como Bem de Natureza Imaterial: **Aprovado por unanimidade.** O Conselho **APROVA o Registro do Bem de Natureza Imaterial "Jongo Dito Ribeiro" como Patrimônio Cultural do Município de Campinas no Livro de Formas de Expressão. / c – Protocolado nº. 13/10/50057 PG.** Interessado: AEAC Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campinas. Assunto: solicitação de registro do bem de natureza imaterial "Aeroporto Internacional de Viracopos" como patrimônio cultural do município de Campinas – **Lei nº. 14701/2013 – publicada em 15.10.13 – Livro dos Lugares.** O técnico da CSPC, historiador Henrique Anunziata apresenta: "Setor de Vira Copo(s) - O Setor Sul de Campinas – atual Região do Campo Grande e Ouro Verde – apresentou uma participação sem importância no ciclo do café, pois, introduzida no Setor Leste – Região de Sousas e Joaquim Egídyo – desenvolveu-se e firmou-se economicamente no sentido do Setor Norte – saída para Mogi-mirim. Enquanto nos demais Setores da cidade as ferrovias foram construídas no decorrer dos anos de 1860 a 1890, impulsionadas pelo escoamento das sacas de café, nesta área de Campinas – Vira Copo(s), Descampado, Campo Redondo, Agua Preta, Morro Torto, Apaga Fogo e Capivary, a ferrovia foi instalada somente em 1914, por meio da Estrada de Ferro Sorocabana, ligada a outra agricultura, a do algodão. Esta região não era considerada como tendo as melhores terras para o plantio do café, como diziam os agricultores *"terra ordinária, sem serventia, de composição pobre, com manchas raras e exíguas de terras de alto padrão"*. As propriedades agrícolas eram de pequeno porte e *"mofinadas"*. As safras chegavam aos valores irrisórios de 50, 100 no máximo a 200 arrobas, enquanto nas "grandes fazendas cafeicultoras de Sousas e Joaquim Egidio" colhiam-se 2000 arrobas. A chegada de imigrantes alemães ocorreu em 1862, quando formaram a Colônia *"Friedburg"*, que significa Castelo de Paz, atual Friburgo, cuja localização se dava entre o Barro Preto, Sant'Anna e Vira Copo(s), no sentido para Gonçalves, conforme planta desta parte da cidade. Em 1901 o Almanaque de Campinas – Casa do Livro Azul, editado por Leopoldo Amaral e Antonio Benedito de Castro Mendes – cita a Colônia de Nova Helvetia, de origem suíça, fixada entre Vira Copo(s), Agua Preta e Morro Torto, no sentido para a cidade de Indaiatuba. Estas colônias de imigrantes fizeram com que paulatinamente os pequenos agricultores –

inicialmente posseiros destas terras e portadores de "sitiocas" – fossem vendendo suas terras aos novos moradores. No Almanaque de Campinas de 1914 menciona-se os fazendeiros no que correspondia a Vira Copo(s), Descampado, Campo Redondo e Apaga Fogo ainda como os menores produtores agrícolas. Esta população se integrou ao cotidiano local e adquiriu "costumes roceiros". Conforme o levantamento da editora que publicou o Almanaque de Campinas de 1914 – Typographia Casa Mascote, dos proprietários Benedicto Octavio & Vicente Melillo – ainda permaneceram no local antigos moradores não imigrantes que não modificaram uma parte desta terra, por causa da invernada natural – ventos fortes e chuvas ou um curral de novilhos para engorda – cujo espaço servia de pouso para as boiadas. O jornalista e advogado Pelágio Álvares Lobo (*01/02/1888 - + 07/05/1952) escreveu no ano de 1950 em um periódico da cidade o que lhe ocorreu entre 1915 ou 1916. Recebeu do advogado Júlio Prestes, um substabelecimento de procuração para acompanhar uma divisão de terras em Vira Copo(s) pertencente a um político de São Paulo chamado de "Coronel" Delfino Cerqueira. Na análise dos autos, notou que a área já estava definida e que fora convocado tardiamente para intervir e citar terras melhores para o interessado, pois indicaria justamente o contrário das terras escolhidas e demarcadas que eram ruins. O agrimensor e engenheiro Mariano Montesanti, amigo do jornalista, já havia finalizado o perímetro citando nos autos "cortado as glebas pela força dos títulos". Após a análise vai à Capital explicar para Júlio Prestes, que a solicitação do substabelecimento chegou muito tarde, e que as terras demarcadas não eram de nenhuma valia ao interessado. A resposta obtida do advogado em questão foi a seguinte: *"O Delfino não pode pretender terras boas, porque tudo aquilo não presta para nada. O que ele quer é "chão", apenas chão, para pouso de boiadas, que ali passam rumo a Osasco ou, Barueri, onde ele possui outras terras"*. Continuou explicando a Pelágio com um sorriso: *"Vocês (campineiros – grifo nosso) incham o papo quando falam da excelência das terras do município, como padrões de terra boa... Pois em Itapetininga eu ainda não encontrei terras mais ordinárias do que essas que o Delfino comprou em Campinas"*. Não satisfeito com a resposta, resolveu procurar o Delfino Cerqueira – *"... era um caboclo de pele tostada pelo sol, de fala pausada, olhos pequenos e vivos, de um azul brilhante e empregava na conversa a linguagem incisiva de criadores, boiadeiros e sitiantes com os quais fazia negócios e intimidade. Amigo político e cabo dedicado de Júlio..."* – e explicar o que havia ocorrido. A resposta foi: *" O que eu quero ali é chão para o gado pousar e seguir. Aquela terra, como "ordinária" é uma especialidade... só dá barba de bode, cupim e joá... (o mesmo que juá, nome de uma fruta venenosa"*. O referido jornalista depois deste episódio não voltou tão cedo a Vira Copo(s), e em 1950 escrevia: *"... o povoado que lhe dava nome tinha freqüência de sujeitos façanhudos, que de vez em quando, armavam sarilhos (briga) nas vendas e nas casas rústicas e do conflito saíam sempre alguns feridos a cacete, a pau ou a tiro. É dessa má tradição que lhe adveio o nome: e chinfrim (bagunça) começava nos botecos e logo após a primeira alteração e troca de impropérios, os contendores (adversários) viravam os copos do balcão, derribavam (arruinavam) garrafas e atracavam-se em luta*

sangrenta. Eram manalha – é bando de estróinas (boêmios/gastadores) ou tunantes (vagabundos), súcia (agrupamento de pessoas de má índole/corja) de valdevinos (miseráveis)”. Em 1957 no jornal Correio Popular, o “nhô” João José Pereira, com quase 100 anos de idade e o mais antigo morador do Descampado e de Vira Copo(s) contou como ele vivia nesta região. Disse que na década de 1920, o povoado ali existente era “paupérrimo”, com “arvoredos esparsos”, e desde muito tempo ali existia uma raia aberta, sem arquibancadas e cercas, para as corridas dos “matungos”(termo paulista para cavalo sem raça, forte, bom ou cavalo velho sem préstimo) que aconteciam aos domingos. Por várias vezes presenciou as confusões a pau, faca de ponta e trabuco, que aconteciam quase sempre nos finais dos páreos mais “acêsos”, que afugentavam as mulheres que assistiam as corridas, e amontoavam os garotos nas raras árvores para ver as brigas. Ao ser questionado sobre o nome de onde mora – Vira Copo(s), seu “nhô” cita na entrevista, o que pensamos ser uma versão da lenda, de como se originou a praga que amaldiçoou o lugar. De acordo com seu “causo”, há tempos atrás, vinha um sacerdote de Itu ou Indaiatuba em lombo de um matungo para Campinas, e se deparando com um “muxirão” (mutirão) que construía uma casa na beira da estrada, com os homens já com a cabeça cheia de pinga. Na cabeça dos feitores, como se tratava de um mutirão, o padre deveria ajudar na obra e abençoá-la, mas não perguntaram ao Bispo do Senhor se ele desejava a empreitada de amassar o barro. O padre tinha compromisso e não concordou com a proposta de auxiliar os caboclos, que alterados pela pinga resolveram tirá-lo do burrico dando-lhe uma surra e obrigando-o a trabalhar na empreitada. Após horas de trabalho, com o corpo todo moído da surra e da cachaça que foi obrigado a tomar na boca do garrafão, o pároco conseguiu seguir a viagem. Na medida em que o burrico ia se distanciando e com a batina enlameada ia praguejando: “De pai a filhos, de filhos a netos, Deus vos faça viver sempre como bêbados, vira-copos...” e a partir daí qualquer plantação que ali se tentasse não brotaria. A terra permaneceu sempre pobre e os caboclos vagabundos inutilizados pelo contínuo virar o copo. Conforme seu “nhô” esta maldição só acabou quando os moradores resolveram construir uma capela, um pouco antes do “Deodoro (da Fonseca), lá no Rio (de Janeiro), fazer a (Proclamação da) República”, no local onde morreram os cristãos, por meio de faca ou tiro, na beira da estrada onde existia uma santa-cruz. O “nhô” João José Pereira que ajudou a construir a capela, resolveu morar ao lado da mesma com a família, onde progrediu juntando suas economias a partir das patacas do tempo de D. Pedro II, segundo suas palavras “... que Deus haja...”. Após 70 anos da construção da Capela (de acordo com a sua informação em torno de 1887) “atualmente” (data da entrevista é de 1957) a igreja é ampla, confortável e bem cuidada, cujo nome é Capela de São Bom Jesus da Cana Verde, relacionado à cachaça do início do Bairro. No decorrer da entrevista diz que o “natural campo aviatório” serviu de campo de pouso durante a “Revolução Constitucionalista de 1932” aos aviões paulistas, em torno de três aeronaves, que pousavam onde era a raia de corrida dos matungos, ficando como um aeródromo secreto, enquanto os aviões “legalistas” ou “vermelhinhos” esperavam no Hipódromo de Campinas, no bairro

do Bonfim, para atacarem. Nos texto acima utilizamos dois artigos de periódicos, sendo um de jornalista e o outro de um cidadão morador da área. Pensamos sobre o termo "lenda" que se origina do latim "*legenda*" interpretando "coisas que devem ser lidas". De acordo com o dicionário Aurélio: "*É uma narração escrita ou oral, caráter maravilhoso, na qual os fatos históricos são deformados pela imaginação popular ou pela imaginação poética*", podendo também ser considerado como *Mentira* ou *Lengalenga*. No caso, o fato é que a região por motivos geográficos deteve uma produção econômica limitada e conseqüentemente manteve-se isolada e ignorada socialmente". A conselheira Olga von Simson complementa que na Vila Industrial, em pesquisa com os velhos moradores, ouviu um pároco que tinha como incumbência visitar várias Capelas da zona rural e uma delas era a de Viracopos, junto a um bar onde a população se reunia para tomar suas pinguinhas e virar os copos. Ele afirmou que o nome vinha dessa atividade na birosca. A conselheira Rosana Bernardo pergunta se o fato de se registrar o nome no Livro dos Lugares não é impeditivo para a mudança de nome como, por exemplo, Carlos Gomes? A conselheira Daisy Serra Ribeiro explica que se pode, ao nome registrado se acrescentar um complemento como Aeroporto Internacional de Viracopos/Carlos Gomes. Pode-se agregar qualquer outro nome. O conselheiro Sérgio Caponi comenta que não é um mero tombamento é uma defesa. Campinas enfrentou o Império Brasileiro, abrigou o exército de Caxias, no Campo dos Amarais. O que estamos assistindo é de ordenamento jurídico, questão de autonomia de Municípios e Estados, portanto, precisamos prestar atenção se não seremos questionados com o registro do nome. Que encaminhemos para o IPHAN uma moção para que façam o registro do nome de Viracopos como forma de reforçar o registro municipal. O conselheiro Roberto Simionatto diz que o item foi muito bem apresentado. Quando se preocupou em preservar o nome de Viracopos foi à tentativa de preservação de nossa memória real, nome da região, como um bem ligado à cidade de Campinas e que está enraizado na memória, desde que nascemos. Sugere que não seja colocado nenhum outro nome. No Brasil tem se o costume de colocar nome de políticos que nada fizeram pela cidade ou mesmo agraciar pessoas de outra cidade, por uma questão política, sem a anuência da população que vive no local. Quem quiser colocar outro nome estará afrontando a nossa indicação. A conselheira Daisy Serra Ribeiro coloca que o nome Viracopos designava essa área específica e nunca mudou de nome. O Aeroporto Internacional de Viracopos será o maior do Brasil, após as reformas por que está passando. O presidente Claudiney Rodrigues Carrasco comparece à reunião explicando que não está presidindo, veio apenas para se despedir e desejar a todos bom Natal e bom Ano Novo. Continuando diz que o médico o proibiu de sair do repouso por mais de uma, no máximo duas horas, tendo que ficar no escuro para a recuperação da lesão no olho. Quer aproveitar o ensejo e dizer que a história de Viracopos é muito divertida; precisamos fazer uma publicação disso, que não depõe contra a Cidade, é a nossa história e como olhamos para os espaços da Cidade, numa determinada época (séc. XIX); depois se provou que era o melhor lugar para um aeroporto. Devemos preservar. O jornal Correio Popular publicou uma discussão e

a preservação do nome teve apoio maciço da população. Campinas teme que se coloque qualquer nome e por questões políticas se homenageie quem não merece. É o patrimônio cultural de Campinas. O conselheiro Sérgio Caponi diz que presenciou a inauguração do Aeroporto em 1960, com churrasco e com a presença em massa da população. O vice-presidente reassumindo a direção dos trabalhos coloca em regime de votação o Registro do nome Aeroporto Internacional de Viracopos como Bem de Natureza Imaterial: com abstenção da conselheira Rosana Bernardo é **Aprovado por maioria**. O Conselho **APROVA o Registro do Bem de Natureza Imaterial "Aeroporto Internacional de Viracopos" como Patrimônio Cultural do Município de Campinas no Livro de Lugares**. O presidente Claudiney Carrasco diz que fez questão de vir à reunião, mesmo que por pouco tempo, pois foi uma honra estar este ano com o Conselho, com as discussões se tornando mais profundas e organizadas. Está muito feliz por podermos estar discutindo a questão imaterial, termos uma lei que regulamenta, permitindo a aprovação pelo CONDEPACC destes registros. Aproveitem bem as férias para trabalharmos mais no próximo ano. Mais uma vez deseja a todos boas festas. **REFERENDO DO CONSELHO aos pareceres favoráveis da CSPC (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias):**

1 – Protocolado nº. 13/10/51736 PG. Interessado: José Roberto Moura Penteado Filho. Assunto: solicitação de demolição total do imóvel situado à Rua Gustavo Ambrust nº. 88, lote 03, QT. 611, inserido em área em estudo de tombamento, Processo nº. 003/2004, Bairro Nova Campinas. Parecer favorável da CSPC à demolição pretendida, pois o imóvel não apresenta valor arquitetônico. O Conselho **referenda e aprova** conforme parecer favorável da CSPC à demolição pretendida, pois o imóvel não apresenta valor arquitetônico. / **2 – Protocolado nº. 13/10/58104 PG.** Interessado: Borghi Agrícola Comercial S.A. Assunto: solicitação para pintura de parede externa e interna com área aproximada de 8,00 (oito) m² no imóvel situado à Rua regente Feijó nº. 1087, lote 01, QT. 1014, bem tombado pelo CONDEPACC conforme Processo nº. 001/88, Resolução nº. 03/1990, Solar do Barão de Ataliba Nogueira (antigo Hotel Vitória). Parecer favorável da CSPC ao pretendido, pois são serviços de manutenção do imóvel, sendo que a pintura deve ser feita utilizando-se as mesmas cores e com acompanhamento da CSPC. O Conselho **referenda e aprova** conforme parecer favorável da CSPC ao pretendido, pois são serviços de manutenção do imóvel, sendo que a pintura deve ser feita utilizando-se as mesmas cores, devendo ter acompanhamento da CSPC. / **3 – Protocolado nº. 13/11/04789 PG.** Interessado: Irmã Serafina Empreendimentos Imobiliários - SPE - Ltda. Assunto: Solicitação de autorização para construção de edifício comercial a Rua Irmã Serafina, 73, Lotes 25, 26 e 36, QT. 1131, área envoltória do Bosque dos Jequitibás, com proposta do interessado que a área permeável seja substituída com a construção de jardim verde e poço de infiltração. Parecer favorável da CSPC ao pretendido, pois as dimensões e arquitetura dos poços de infiltração, tanto o volume como a área das paredes estão de acordo com a Resolução nº. 128 de 28 /11/2013, com atendimento da área permeável com Telhado Verde + Poço de Infiltração. O Conselho **referenda e aprova** conforme

parecer favorável da CSPC ao pretendido, pois as dimensões e arquitetura dos poços de infiltração, tanto o volume como a área das paredes estão de acordo com a Resolução nº. 128 de 28 /11/2013, com atendimento da área permeável com Telhado Verde + Poço de Infiltração. **REFERENDO DO CONSELHO aos pareceres contrários da CSPC (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 4 – Protocolado nº. 13/10/55161 PG.** Interessado: HMK Hogan & Kitauchi Arquitetura. Assunto: solicitação para aprovação de construção comercial no QT. 859, lotes o4 (Rua Barão de Paranapanema nº. 288) e 01 (Avenida Princesa D'Oeste nº. 1810), em área envoltória do Bosque dos Jequitibás, conforme Resolução 013/1993. Parecer contrário da CSPC, pois há necessidade de apresentar estudo de sondagem do solo até a profundidade de 2 metros abaixo da cota do piso do último subsolo. Esta sondagem deverá indicar a presença ou não do lençol freático na profundidade de 17, 5 m conforme solicitado no item III, do parágrafo 3º, do artigo 2º que não foi apresentado. O Conselho **referenda e indefere**, conforme parecer contrário da CSPC, pois há necessidade de apresentar estudo de sondagem do solo até a profundidade de 2 metros abaixo da cota do piso do último subsolo. Esta sondagem deverá indicar a presença ou não do lençol freático na profundidade de 17,5 m conforme solicitado no item III, do parágrafo 3º, do artigo 2º que não foi apresentado. Nada mais havendo, o vice-presidente Herberto Guimarães agradece a todos e encerra a reunião, da qual eu, Rita de Cássia Barthasar de Paula, transcrevo a presente Ata, que deverá ser aprovada pelo CONDEPACC. Campinas, 12 de dezembro de 2013.